

ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO DA ADUFSCar

- ✓ Existência legal e plena atuação da entidade;
- ✓ Ampliação da representatividade com a necessária incorporação das/os docentes do campus UFSCar em São José do Rio Preto;
- ✓ Ingresso e retomada de ações judiciais coletivas;
- ✓ Fortalecimento do funcionamento e processos democráticos da entidade.

**FORTALEÇA E PARTICIPE DA ASSEMBLEIA GERAL
DE REGULARIZAÇÃO DA NOSSA ENTIDADE!**

Histórico dos
debates e deliberações
da categoria



Minuta do novo Estatuto
da ADUFSCar



Paula Serrão

Presidenta da ADUFSCar do biênio 2025-2027

EDITORIAL

Mobilização da categoria será essencial para os próximos passos da ADUFSCar

Com essa primeira edição de 2026 do Jornal ADUFSCar, gostaríamos de dar as boas-vindas às/aos docentes para esse 1º semestre letivo, em especial às/aos que estão chegando à UFSCar, no seu novo campus em São José do Rio Preto. Convidamos todas/os a se unirem à ADUFSCar na luta em defesa da Universidade Pública, socialmente referenciada e de qualidade, e em defesa dos direitos da categoria docente. E que além de um espaço de lutas vocês tenham a nossa entidade como um espaço de acolhimento e convivência diária. O cuidado com esse espaço é pensado diariamente para recebê-las/os! Esse espaço é de vocês!

Completamos sete meses

do mandato da nossa diretoria, e foi um período bastante intenso, baseado na continuidade de um projeto de sindicato que temos vivenciado nos últimos 4 anos: democrático, transparente, combativo e amplamente representativo da categoria docente da UFSCar e do IFSP/São Carlos. Em março, participamos, com uma delegação amplamente representativa, do 44º Congresso do ANDES-SN, na cidade de Salvador (BA), onde tivemos a oportunidade de reafirmar o compromisso da nossa seção sindical em ser combativa, defendendo os direitos da categoria docente, e a necessidade de atuação mais contundente na urgente luta contra o feminicídio.

Para esse ano ainda precisamos consolidar alguns desafios apontados no começo da nossa gestão: 1) Aprovação do novo

Estatuto da ADUFSCar, para possibilitar a regularização jurídica da entidade; 2) Aprovação dos projetos e do uso de recursos financeiros para a reforma/ampliação da sede no campus de Sorocaba, manutenção do prédio do Auditório e Restaurante da ADUFSCar em São Carlos e de um espaço no IFSP – campus São Carlos, permitindo um ambiente mais agradável e de convivência; 3) Inserção da ADUFSCar no novo campus da UFSCar, em São José do Rio Preto.

O primeiro ponto é o mais desafiador. Para que possamos resgatar o papel das AGs como espaço legítimo e soberano de discussões e deliberações, ingressar em ações jurídicas coletivas, representar as/os novas/os docentes ingressantes em São José do Rio Preto, entre outras ações, precisa-

mos ter a nossa situação jurídica legalizada. Já são quase 2 anos de intensas discussões sobre esse ponto, reuniões abertas, constituição de grupo de trabalho, 3 Assembleias Gerais convocadas, sendo a última no começo desse mês, mas infelizmente sem atingirmos o quórum mínimo necessário para uma votação do estatuto (segundo o vigente) e prosseguimento da regularização. Precisamos unir forças e estimular a participação de sindicalizadas e sindicalizados nessa importante decisão. Por essa razão, o mês de abril será intenso. Faremos uma força tarefa para conscientizar, esclarecer dúvidas, e mobilizar as/os docentes a estarem em nossa Assembleia. Contamos muito com a presença de vocês para reavermos o nosso registro sindical!

MOBILIZAÇÃO HISTÓRICA

Sancionada lei que acaba com a lista tríplice nas universidades federais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 30 de março, a Lei 15.367/2026, que altera, entre outros pontos, o processo de escolha de reitores das universidades federais. A nova norma foi publicada na edição do Diário Oficial da União do dia 31.

Com a mudança, fica extinto o modelo de lista tríplice, passando a ser obrigatória a nomeação, pela Presidência da República, da candidata ou do

candidato mais votado na consulta à comunidade acadêmica. A legislação também elimina a regra que atribuía peso de 70% ao voto docente na definição das reitorias.

A mudança no modelo de escolha e nomeação vinha sendo reivindicada há anos por entidades da educação, do movimento estudantil e do sindicalismo docente, como o ANDES-SN, Fasubra, Sinasefe, UNE e Andifes, que historicamente

se posicionam contra a lista tríplice e em defesa da autonomia universitária.

Após a aprovação no Senado, em 10 de março, o ANDES-SN afirmou que o fim da lista tríplice é resultado de anos de mobilização da comunidade acadêmica, incluindo a greve de 2024, e representa uma vitória da luta construída pela unidade entre docentes, técnicos administrativos e movimento estudantil. Para o

Sindicato Nacional, a medida fortalece a autonomia universitária, reduz interferências externas e avança na defesa da democracia nas instituições federais de ensino.

Apesar do avanço, o ANDES-SN alertou que o projeto não assegura eleições universais ou paritárias, nem a candidatura de docentes EBTT à reitoria, pontos que ainda dependem de regulamentação e mobilização da categoria.



EXPEDIENTE

36ª Diretoria biênio 2025-2027



O Jornal ADUFSCar é uma publicação da Associação de Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino (Buri/SP) – Seção Sindical do ANDES-SN

Paula Serrão
(São Carlos/CCBS-DFisio)
Presidenta

Joelson Gonçalves de Carvalho
(São Carlos/CECH-DCSo)
Vice-presidente

Viviane Garcia de Stefani
(IFSP/Campus São Carlos)
1ª Secretária

Aldenor Ferreira
(Lagoa do Sino/CCN)
2º Secretário

Marcio Peron Franco de Godoy
(São Carlos/CCET-DF)
1º Tesoureiro

Maria Cristina Santos
(São Carlos/CECH-DEd)
2ª Tesoureira

Daniel Vendruscolo (CCET-DM)
Representante - Campus São Carlos
Nataly Carvalho Lopes (CCA-DCNME)
Representante - Campus Araras
Monica Jones (CCHB-DBio)
Representante - Campus Sorocaba
Fabiana Cotrim (CCN)
Representante - Campus Lagoa do Sino
André Garcia Corrêa
Representante - EBTT/IFSP (São Carlos)
Maria Zanin (CCET/DEMa São Carlos)
Francisco José Alves – Chiquinho
(CCET/DEP São Carlos)
Representantes - Aposentadas/os

Jornalista responsável:
Vanessa Presse (MTB 57.492)
Reportagem: Bárbara Monteiro
Designer: Alice Agnes
Projeto Gráfico: Agência 10 Comunicação
Impressão: Fullgraphics
Tiragem: 2 mil exemplares
Periodicidade: Trimestral
Contato: imprensa@adufscar.org.br
Telefone (whatsapp): 16 99609-4672

Artigos especiais: As opiniões expressas nos artigos especiais são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião editorial do jornal.

 TRANSPARÊNCIA

Conselho Fiscal aprova Prestação de Contas 2025 e Previsão Orçamentária 2026

No dia 27 de março, o Conselho Fiscal (CF) da ADUFSCar se reuniu para apreciar e deliberar sobre a Prestação de Contas de 2025 e a Previsão Orçamentária para 2026.

Como ocorre desde 2022, a Diretoria encaminhou previamente ao CF as planilhas detalhadas da execução financeira, extratos bancários das contas e aplicações, o relatório de auditoria externa do ano anterior e um documento com os principais destaques da gestão ao longo do período.

Na abertura, a presidenta da entidade, profa. Paula Serão deu as boas-vindas às/aos conselheiras/os e destacou o contexto de transição entre gestões, explicando que as contas até setembro de 2025 se referem à diretoria anterior, enquanto os meses seguintes já correspondem à gestão atual, ressaltando a disponibilidade para esclarecimento de dúvidas com a participação de integrantes de ambos os períodos.

Na sequência, o 1º tesoureiro, prof. Marcio Peron Franco

de Godoy, apresentou uma síntese das atividades realizadas em 2025, como eventos, campanhas e mobilizações, evidenciando as pautas prioritárias da entidade. Entre os destaques, apontou a estabilidade no número de sindicalizadas/os e o crescimento registrado desde 2021, indicando o reconhecimento da importância da ADUFSCar pela categoria.

Após a aprovação unânime da Prestação de Contas de 2025 e a Previsão Orçamentária para 2026, as/os conselheiras/os presentes elogiaram o trabalho realizado pelas gestões dos biênios 2023-2025 e de 2025-2027, destacando a transparência de todo processo. “Quero elogiar o relatório deste ano, que por estar ilustrado com fotos, é fundamental para que a gente possa ter uma noção mais geral. Ao mesmo tempo, confiamos que com a auditoria e o trabalho sério de toda equipe, a prestação de contas está regular e realizada com muita seriedade e eficiência”, afirmou a docente Fernanda Castelano Rodrigues.



Auditoria Financeira/Contábil

O Conselho Fiscal também analisou o relatório da auditoria financeira independente, iniciativa adotada desde 2024 como parte das ações para ampliar a transparência, fortalecer os controles internos e consoli-

dar boas práticas de gestão. O trabalho foi realizado pela empresa BKR Lopes Machado Auditores, organização com atuação nacional e internacional e reconhecida pela experiência em auditoria independente.



A profa. **Fernanda Castelano** parabenizou o trabalho da atual Diretoria e da equipe administrativa.



Durante os esclarecimentos, o docente **Fernando Augusto Vasilceac** solicitou informações sobre os planos da Diretoria para as/os novas/os docentes de São José do Rio Preto. Em resposta, a presidenta da ADUFSCar informou que já há visita agendada e que a entidade dialoga sobre a possibilidade de destinação de área para a construção de uma sede no novo campus.

O prof. **Fábio José Bechara Sanchez** destacou a transparência na apresentação dos dados, ressaltando a clareza e o detalhamento da planilha descritiva.



ACORDO DE GREVE Nº 10/2024

Recomposição salarial implementada

REGIME DE TRABALHO DE 20h SEMANAIS (T20)

Magistério Superior			Magistério EBTT		Graduação (vencimento básico - VB)	Aperfeiçoamento	Especialização ou RSC I	Mestrado ou RSC II	Doutorado ou RSC III
Classe	Denominação	Nível	Classe	Nível					
D	Titular	1	Titular	1	R\$ 6.122,51	R\$ 6.428,63	R\$ 6.734,76	R\$ 7.653,14	R\$ 9.642,96
C	Associado	4	C	4	R\$ 5.565,92	R\$ 5.844,21	R\$ 6.122,51	R\$ 6.957,40	R\$ 8.766,32
		3		3	R\$ 5.300,87	R\$ 5.565,91	R\$ 5.830,96	R\$ 6.626,09	R\$ 8.348,87
		2		2	R\$ 5.048,45	R\$ 5.300,87	R\$ 5.553,29	R\$ 6.310,56	R\$ 7.951,31
		1		1	R\$ 4.808,05	R\$ 5.048,45	R\$ 5.288,85	R\$ 6.010,06	R\$ 7.572,68
B	Adjunto	4	B	4	R\$ 3.924,94	R\$ 4.121,18	R\$ 4.317,43	R\$ 4.906,17	R\$ 6.181,78
		3		3	R\$ 3.738,04	R\$ 3.924,94	R\$ 4.111,84	R\$ 4.672,55	R\$ 5.887,41
		2		2	R\$ 3.560,03	R\$ 3.738,03	R\$ 3.916,03	R\$ 4.450,04	R\$ 5.607,05
		1		1	R\$ 3.390,51	R\$ 3.560,03	R\$ 3.729,56	R\$ 4.238,14	R\$ 5.340,05
A	Assistente	1	A	1	R\$ 3.198,59	R\$ 3.358,52	R\$ 3.518,45	R\$ 3.998,24	R\$ 5.037,78

REGIME DE TRABALHO DE 40h SEMANAIS (T40)

Magistério Superior			Magistério EBTT		Graduação (vencimento básico - VB)	Aperfeiçoamento	Especialização ou RSC I	Mestrado ou RSC II	Doutorado ou RSC III
Classe	Denominação	Nível	Classe	Nível					
D	Titular	1	Titular	1	R\$ 8.571,52	R\$ 9.214,38	R\$ 9.857,25	R\$ 11.785,83	R\$ 15.964,45
C	Associado	4	C	4	R\$ 7.792,28	R\$ 8.376,70	R\$ 8.961,13	R\$ 10.714,38	R\$ 14.513,12
		3		3	R\$ 7.421,22	R\$ 7.977,81	R\$ 8.534,41	R\$ 10.204,17	R\$ 13.822,02
		2		2	R\$ 7.067,83	R\$ 7.597,91	R\$ 8.128,01	R\$ 9.718,26	R\$ 13.163,83
		1		1	R\$ 6.731,27	R\$ 7.236,11	R\$ 7.740,96	R\$ 9.255,49	R\$ 12.536,98
B	Adjunto	4	B	4	R\$ 5.494,91	R\$ 5.907,03	R\$ 6.319,15	R\$ 7.555,50	R\$ 10.234,27
		3		3	R\$ 5.233,25	R\$ 5.625,74	R\$ 6.018,24	R\$ 7.195,72	R\$ 9.746,93
		2		2	R\$ 4.984,05	R\$ 5.357,85	R\$ 5.731,66	R\$ 6.853,07	R\$ 9.282,79
		1		1	R\$ 4.746,71	R\$ 5.102,71	R\$ 5.458,72	R\$ 6.526,72	R\$ 8.840,74
A	Assistente	1	A	1	R\$ 4.478,03	R\$ 4.813,88	R\$ 5.149,74	R\$ 6.157,29	R\$ 8.340,33

A Greve Docente Federal, ocorrida entre abril e junho de 2024, conquistou a recomposição salarial de 9% para 2025 e de 3,5% para 2026, além do aumento dos steps da carreira que, com os ganhos vinculados, chega a índices entre 13,3%

e 31,2% em 2026. O reajuste de 9% foi implementado em janeiro de 2025, e o de 2026 será implementado no mês de abril, saindo no contracheque de maio.

O ANDES-SN divulgou as tabelas salariais atualizadas

das carreiras do MS e EBTT, com vigência a partir de abril de 2026, organizadas por regime de trabalho (20h, 40h e Dedicção Exclusiva), classes, níveis e steps. As tabelas já incorporam a variação percentual de reajuste entre

2025 e 2026, considerando a aplicação dos novos valores em cada step da carreira. Também foi divulgada a variação percentual em cada nível, permitindo visualização dos efeitos do acordo na estrutura remuneratória.

Campanha Salarial 2027

A primeira reunião de 2026 da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPN) aconteceu em 26 de março, em Brasília (DF), reunindo representantes das entidades do funcionalismo público e do governo federal, para discutir a pauta de reivindicações das servidoras e dos servidores.

Entre os principais pontos de pauta estiveram a situação de aposentados e aposentadas — com desta-

que para a proposta de criação de um auxílio-nutrição —, a regulamentação do direito de greve, o combate ao assédio, e o reajuste de benefícios e salários. Mas houve pouco avanço.

O governo apresentou o reajuste nos benefícios, como o aumento do auxílio-alimentação para R\$ 1.192, reajuste de R\$ 17,00 em relação a 2025; do auxílio pré-escolar para R\$ 526,64, acréscimo de R\$ 41,74 em relação a 2024; e da assistência

à saúde suplementar para R\$ 213,78, aumento de R\$ 24,66, também referente a 2024.

Foi debatida a importância de avançar na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/24, que prevê a retirada gradual da contribuição previdenciária de aposentadas/os. A PEC surge como resposta à Reforma da Previdência (EC 103/2019), que elevou a contribuição, levando muitas/os a adiar a saída do trabalho, permanecendo em atividade

até a aposentadoria compulsória, aos 75 anos.

Além de reforçarem a necessidade de garantir maior regularidade nas mesas de negociação, fortalecer as mesas setoriais e avançar nas pautas específicas das categorias, as entidades também cobraram que o governo assegure, já na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a previsão de reajuste salarial para 2027.

ACORDO DE GREVE Nº 10/2024

O que já foi conquistado e o que segue na luta

A Greve da Educação Federal foi um marco na resistência e luta organizada da Categoria Docente. Com mais de 60 instituições mobilizadas, avanços importantes foram conquistados e o acordo firmado representou uma vitória coletiva, fruto de uma greve potente em meio a uma conjuntura que mira o desmonte dos Serviços Públicos.

Passados quase dois anos do Acordo de Greve 10/24, veja o que foi implementado e o que ainda segue pendente.



Pontos cumpridos até agora

- ✓ Implementação retroativa da parcela remuneratória prevista para janeiro de 2025;
- ✓ Previsão da parcela a ser incorporada em abril de 2026, garantida por meio da Lei nº 15.141/2025;
- ✓ Instalação de mesas setoriais de negociação e espaços de diálogo junto ao MEC e ao MGI;
- ✓ Avanço na discussão sobre enfrentamento ao assédio e à discriminação;
- ✓ Tratamento da pauta de benefícios (auxílio-alimentação, pré-escolar e saúde) nas negociações permanentes.

ACORDO DE GREVE Nº 10/2024

em abril é conquista da luta organizada

REGIME DE TRABALHO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (DE)

Magistério Superior			Magistério EBTT		Graduação (vencimento básico - VB)	Aperfeiçoamento	Especialização ou RSC I	Mestrado ou RSC II	Doutorado ou RSC III
Classe	Denominação	Nível	Classe	Nível					
D	Titular	1	Titular	1	R\$ 12.245,03	R\$ 13.469,53	R\$ 14.694,04	R\$ 18.367,54	R\$ 26.326,81
C	Associado	4	C	4	R\$ 11.131,83	R\$ 12.245,01	R\$ 13.358,20	R\$ 16.697,75	R\$ 23.933,44
		3		3	R\$ 10.601,75	R\$ 11.661,92	R\$ 12.722,10	R\$ 15.902,62	R\$ 22.793,76
		2		2	R\$ 10.096,90	R\$ 11.106,59	R\$ 12.116,28	R\$ 15.145,35	R\$ 21.708,34
		1		1	R\$ 9.616,10	R\$ 10.577,71	R\$ 11.539,32	R\$ 14.424,15	R\$ 20.674,61
B	Adjunto	4	B	4	R\$ 7.849,87	R\$ 8.634,85	R\$ 9.419,85	R\$ 11.774,81	R\$ 16.877,23
		3		3	R\$ 7.476,07	R\$ 8.223,67	R\$ 8.971,29	R\$ 11.214,11	R\$ 16.073,55
		2		2	R\$ 7.120,07	R\$ 7.832,07	R\$ 8.544,08	R\$ 10.680,10	R\$ 15.308,15
		1		1	R\$ 6.781,02	R\$ 7.459,12	R\$ 8.137,22	R\$ 10.171,53	R\$ 14.579,19
A	Assistente	1	A	1	R\$ 6.397,19	R\$ 7.036,91	R\$ 7.676,63	R\$ 9.595,78	R\$ 13.753,96

VARIACÃO PERCENTUAL EM CADA NÍVEL NA COMPARAÇÃO ENTRE 2025 E 2026

Magistério Superior			Magistério EBTT		Variação entre 2025 e 2026
Classe	Denominação	Nível	Classe	Nível	
D	Titular	1	Titular	1	6,15%
C	Associado	4	C	4	6,15%
		3		3	5,64%
		2		2	5,14%
		1		1	4,64%
B	Adjunto	4	B	4	5,49%
		3		3	4,99%
		2		2	4,49%
		1		1	3,99%
A	Assistente	1	A	1	3,50%

Ato Unificado da Educação

Em defesa do cumprimento dos acordos de greve das entidades do serviço público federal, o ANDES-SN, em conjunto com Sinasefe e Fasubra, realizou no dia 16 de abril, o Ato Unificado da Educação Federal, em Brasília (DF).

A mobilização é uma deliberação do 44º Congresso do Sindicato Nacional, que aprovou a construção de um calendário unificado de paralisações no primeiro semestre de 2026. O objetivo é pressionar o governo federal pela integral e imediata implementação dos itens pendentes do Acordo de Greve nº 10/2024, além de denunciar o descumprimento de acordos firmados com diversas categorias do funcionalismo público federal ao longo de 2024 e 2025.

Para o prof. Joelson Gonçalves de Carvalho o não cumprimento integral do Acordo de Greve nº 10/2024 por parte do governo federal fragiliza o sentido da negociação coletiva no setor público. “Embora alguns avanços tenham sido reconhecidos, a permanência de itens pendentes revela uma lógica de postergação administrativa que transfere para as servidoras e os servidores o custo da demora estatal. Cumprir os acordos firmados não é mera formalidade: é condição de credibilidade institucional, respeito à negociação coletiva e valorização concreta do trabalho docente no serviço público federal. Seguiremos mobilizados e cobrando, com firmeza, a implementação integral do acordo e o respeito aos compromissos assumidos com a categoria”, afirma o vice-presidente da ADUFSCar.



Pontos que ainda aguardam cumprimento



Progressões e promoções

Obteve-se revisão dos procedimentos restritivos da Instrução Normativa (IN) MGI nº 66/2022, garantindo progressão multinível e efeitos financeiros retroativos à data do cumprimento do interstício.

Pareceres jurídicos da CGU, do MEC e Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN e o Parecer 02/2024/CFEDU/SUBCONSU/PGF/AGU confirmaram esse avanço, que foi implementado na maioria das IFES, não obstante uma parte das instituições resista em aplicar as novas regras.



Controle de Frequência EBTT

O Acordo de Greve nº 10/2024 previa a alteração do Decreto nº 1.590/1995 para isentar docentes EBTT do controle de frequência, garantindo isonomia com o Magistério Superior. Esse é um tema em que se observa, até o momento, flagrante descumprimento do acordo.

Representantes do MEC e do MGI afirmam que a minuta de alteração do decreto está pronta, mas a mesma permanece “engavetada” sob responsabilidade do Ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa.



Revogação da Portaria MEC nº 983/2020

Obteve-se a Revogação da Portaria em questão, substituída pela Portaria MEC nº 750/2024, e foi instalado um GT, cujos trabalhos foram encerrados em janeiro de 2025, com o objetivo de elaborar uma portaria substitutiva que garantisse avanços importantes, como a redução da carga horária mínima de ensino para 8 horas para docentes EBTT.

Embora a portaria substitutiva esteja pronta, o governo não providenciou a publicação, que permanece sob responsabilidade do ministro Camilo Santana, alegando processo de revisão técnica da consultoria jurídica do MEC.



RSC para aposentadas/os

O Acordo de Greve previa que o governo declinaria de recorrer de decisões judiciais que garantem o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para aposentadas/os da categoria EBTT. Apesar do compromisso, a Advocacia-Geral da União (AGU) seguiu recorrendo em diversos processos, contrariando o que foi pactuado.

O ANDES-SN atuou política e juridicamente, ingressando como *amicus curiae* em processos na Justiça Federal para garantir essa conquista e denunciar a postura contraditória do governo. Em maio de 2025, transitou em julgado o Tema Recorrente nº 1.292, no STJ, que definiu o direito de aposentadas/os ao RSC.



Grupos de Trabalho (GTs) sobre “entrada lateral” e “reenquadramento de aposentadas/os”

Os GTs pactuados foram aglutinados em um único grupo de trabalho junto ao MEC, incorporando ainda o tema da revogação da IN MGI nº 15/2022, sobre os adicionais de insalubridade.

O GT teve até o momento apenas duas reuniões, a última ocorrendo em maio de 2025, depois de ter sido instalado com extremo atraso.

O ANDES-SN cobrou que o MGI e o MEC apresentem um cronograma e exige que se proceda uma definição de prazos para o efetivo funcionamento do GT e encaminhamento de medidas práticas.

 **ASSEMBLEIA GERAL**

ADUFSCar retoma pauta da adequação do Estatuto e convoca 2ª sessão da AG no dia 6 de maio



A Assembleia Geral da ADUFSCar (AG), convocada para deliberar sobre a adequação do Estatuto da entidade, realizada em 8 de abril, ocorreu presencialmente nas sedes da ADUFSCar, nos quatro campus da UFSCar. No entanto, não houve quórum suficiente para deliberação. Conforme determina o Estatuto vigente, nesta primeira chamada é exigida a presença de 1/3 das/os filiadas/os, o que corresponde a cerca de 500 docentes.

Ao adentrar no ponto único de pauta, a presidenta da entidade, profa. Paula Serrão, agradeceu a presença das/os docentes na Assembleia Geral e expôs, brevemente, a importância da regularização jurídica da entidade após a deliberação da categoria pela reincorporação ao ANDES-SN.

Ela explicou que foi encaminhado, novamente, às/aos

sindicalizadas/os todo o histórico que levou à necessidade de adequação do estatuto, incluindo informações sobre o processo de debates junto à categoria desde 2023 até o momento, além da minuta do Estatuto, debatida em reuniões abertas conduzidas pela Comissão de Trabalho e que reúne as adequações necessárias para que o atual Estatuto da ADUFSCar esteja em conformidade com o do ANDES-SN. Essas alterações são fundamentais para a conclusão do processo de

revinculação da entidade ao Sindicato Nacional, deliberado pela categoria em junho de 2023, e para que a ADUFSCar recupere sua função de representação jurídica de toda a categoria docente da UFSCar e do IFSP-campus de São Carlos, uma vez que, desde 2015, a entidade está sem registro sindical.

“As alterações não implicarão mudanças na política de defesa intransigente da categoria, ao contrário, têm como objetivo fortalecer a entidade. Os pontos a serem adequados referem-se ao reconhecimento das Assembleias Gerais como instância soberana de deliberação; à atuação do Conselho Fiscal como órgão de fiscalização das contas da entidade; e à ampliação da representatividade, com a necessária incorporação das/os docentes de São José do Rio Preto. Com a aprovação, também será possível retomar as ações judiciais coletivas”, destacou a presidenta da ADUFSCar.

Para o vice-presidente, prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, nos últimos cinco anos, houve mobilização massiva da categoria para dar uma resposta ao tipo de sindicato desejado. Esse movimento, segundo ele, se expressou em diferentes momentos, como no projeto político que foi eleito com ampla maioria; a categoria foi às urnas, mais de uma vez, para afirmar que a decisão coleti-

va era pela volta ao ANDES-SN, reconhecido como um sindicato nacional forte e representativo. “As alterações na minuta apresentadas aqui dialogam diretamente com esse acúmulo. Uma delas, especialmente para quem está há mais tempo, corrige algo que sempre consideramos uma excrescência sindical, que é o esvaziamento das assembleias. Durante muito tempo, elas deixaram de ser instâncias deliberativas reais, tornando-se quase um “faz de conta”, já que as decisões eram tomadas de forma online, independentemente da participação presencial dos associados. O que está em jogo é a necessidade de consolidar, em um instrumento jurídico sólido, o papel central e soberano da assembleia. Precisamos afirmar, de forma clara, que as decisões coletivas passam por esse espaço”, afirmou.

Antes de encerrar, a profa. Paula Serrão informou que uma nova sessão da Assembleia Geral será convocada após o período mínimo de 20 dias, previsto no atual Estatuto, cujo quórum, em segunda chamada, é de 1/10 das/os filiadas/os (cerca de 152 docentes). Nesse período, a entidade intensificará a divulgação, com o objetivo de garantir a participação das/os sindicalizadas/os, e solicitou a colaboração de todas/os na mobilização e convite às/aos colegas.

ASSEMBLEIA GERAL - 2ª sessão

Para dar continuidade ao processo de adequação do Estatuto, será realizada a 2ª sessão da Assembleia Geral presencial no dia 6 de maio. Confira os locais e horários:

Araras: Sede ADUFSCar | 11h30 (1ª convocação) e 12 horas (2ª convocação).

Lagoa do Sino: Sede ADUFSCar | 11h30 (1ª convocação) e 12 horas (2ª convocação).

São Carlos: Auditório do NAP | 17 horas (1ª convocação) e 17h30 (2ª convocação).

Sorocaba: Sede ADUFSCar | 17 horas (1ª convocação) e 17h30 (2ª convocação).

Fortaleça e participe da AG de regularização da nossa entidade!

10 MOTIVOS PARA VOCÊ APROVAR A ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO DA ADUFSCar

1 - Por que é preciso adequar o estatuto da ADUFSCar?

A adequação do atual estatuto da ADUFSCar é necessária porque corresponde à última etapa de regularização jurídica da nossa entidade após a deliberação da categoria pela reincorporação ao ANDES-SN. A entidade precisa realizar a reforma estatutária para adequar pontos conflitantes de suas normativas ao Estatuto do Sindicato Nacional.

2 - A ADUFSCar continua sem registro sindical?

Sim. A atualização do documento é a finalização do processo iniciado em julho de 2022, quando a Diretoria do biênio 2021-2023 apresentou a situação do cancelamento do registro sindical da entidade desde 2015. Após um período de mais de dez meses de esclarecimentos, discussões e acúmulo de reflexões junto à categoria, as/os professoras/es deliberaram pela reativação da ADUFSCar Seção Sindical vinculada ao ANDES-SN, em votação eletrônica no âmbito de Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim entre 05 e 14 de junho de 2023.

3. Por que a ADUFSCar perdeu seu registro sindical?

Após a fundação da ADUFSCar Sindicato, o registro sindical foi concedido, mas permaneceu válido por apenas três meses, até ser considerado irregular pela Justiça, por não ter seguido todas as etapas legais exigidas. Na época, em 2006, para a criação do sindicato, seria necessário encerrar formalmente a ADUFSCar – Seção Sindical do ANDES-SN por meio de uma assembleia de desmembramento, na qual as/os filiadas/os deveriam manifestar concordância com o fim de suas atividades. Como esse procedimento não foi realizado, a Justiça entendeu que o processo não estava em conformidade com a legislação.

De acordo com a Constituição de 1988, o registro junto ao Ministério do Trabalho e Previdência é o que garante a existência jurídica de uma entidade sindical. Sem ele, a entidade não possui reconhecimento legal.

4 – Quais pontos precisam ser adequados ao Estatuto do Sindicato Nacional?

A estrutura básica do regimento interno da ADUFSCar-SS é semelhante à do antigo estatuto da ADUFSCar Sindicato em termos do que a legislação determina, como a composição mínima da Diretoria e a necessidade de um Conselho Fiscal.

Na proposta de Minuta apresentada pela Diretoria e debatida nas reuniões abertas conduzidas pela Comissão de Trabalho que coordenou esse processo de junto à categoria, consta a necessária compatibilização/adequação em relação ao funcionamento das Assembleias Gerais nas quais não será permitido o voto por procuração ou a realização de consultas eletrônicas; que o Conselho Fiscal atue como uma instância fiscalizadora e de controle da entidade, limitando-se sua competência à gestão contábil e financeira, com composição de 3 membros titulares e 3 membros suplentes, eleitos independentemente da Diretoria, pela Assembleia Geral Ordinária de posse da nova Diretoria; Ampliação da representatividade com a necessária incorporação das/os docentes de São José do Rio Preto.

5 – A aprovação dessas adequações implica em que para a ADUFSCar, enquanto entidade?

A aprovação da adequação estatutária é decisiva para a validação do registro sindical da ADUFSCar. A conclusão desta etapa é fundamental para que a ADUFSCar recobre a função sindical de representação jurídica da categoria docente da UFSCar e do IFSP – campus de São Carlos.

Do ponto de vista político, a entidade já foi reintegrada ao ANDES-SN como seção sindical e tem atuado plenamente em suas instâncias. No entanto, sua atuação jurídica permanece limitada, uma vez que ainda não é possível registrar formalmente o estatuto como o de uma seção sindical, por não estar integralmente adequado ao estatuto do ANDES-SN.

6 – Quais prejuízos a não adequação está causando à categoria?

A ausência da regularização estatutária está causando perdas concretas para as/os docentes. Sem o registro sindical validado, a ADUFSCar tem sua atuação jurídica limitada, na prática, isso significa que direitos deixam de ser reivindicados no tempo adequado, ampliando prejuízos para a categoria. Houve ações iniciadas pela ADUFSCar em 2019 que foram extintas “sem resolução de mérito”, ou seja, sem ao menos serem apreciadas, por falta dessa representatividade legal. Dentre essas ações, há uma, por exemplo, sobre a manutenção de adicionais noturno, periculosidade e insalubridade, reivindicação de direitos de uma grande parte da categoria docente e que, lamentavelmente, não pode ser levada adiante coletivamente, ocasionando perdas ines-

timáveis para cada professora/professor potencial beneficiária/o do processo, caso fosse vitorioso. Após a greve de 2024, diversas seções sindicais têm ingressado com ações judiciais pleiteando o reequadramento de docentes aposentadas/os como Adjuntos IV para a Classe de Associado I. Uma eventual vitória em uma ação como essa corrigiria, ainda que tardiamente, a grande injustiça cometida com aposentadas e aposentados quando da criação da Classe de Professor Associado (2006). Além disso, há um movimento nacional de judicialização que busca a aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério às/aos docentes da carreira EBTT. Caso essa demanda seja acolhida pela Justiça, poderá representar um aumento significativo nos salários dessas/es docentes e, ainda, abrir caminho para uma possível ação de equiparação com o Ensino Superior, considerando a isonomia atualmente existente entre as carreiras.

7 – Quais outros exemplos de ações jurídicas poderão ser ingressadas com a adequação estatutária da ADUFSCar?

Com registro sindical regularizado, a entidade poderá ingressar em processos/ações jurídicas, além de reingressar com ações civis públicas, até mesmo dos processos já iniciados anteriormente e que foram julgados extintos, sem julgamento de mérito pela falta de registro sindical, como no caso de auxílio creche, abono de permanência, licença prêmio em pecúnia. O auxílio transporte é outro direito que poderá ser reivindicado por meio de ação civil pública, evitando assim que cada filiada/o precise buscar o judiciário individualmente.

8 - Por que é importante que as/os sindicalizadas/os participem e decidam sobre o tema?

A ADUFSCar é a entidade que representa a categoria docente

e pertence a suas/seus sindicalizadas/os. É fundamental que todas/os estejam informadas/os e acompanhem esse importante processo, que marca mais um capítulo de sua história. Mesmo com os diferentes formatos jurídicos e político-organizacionais, a entidade sempre representou uma mesma base, uma mesma categoria (docentes da UFSCar e posteriormente do IFSP campus São Carlos).

A ADUFSCar é e sempre foi única. E assim seguirá. Engajar-se nesse momento é fortalecer a participação, a representação e os processos democráticos da nossa entidade!

9 – E como ficam as/aos docentes do novo campus de São José do Rio Preto?

Com o registro sindical regularizado, a ADUFSCar passa a representar oficialmente as/os docentes do novo campus. Isso significa que essas/es professoras/es passam a contar com a atuação institucional da entidade na defesa de seus direitos, assim como ocorre com os demais campi, incluindo aqueles que venham a ser criados.

10 – Por que as Assembleias realizadas em 2025 não foram suficientes para concluir a regularização sindical da ADUFSCar?

Cumprindo as exigências do atual estatuto da ADUFSCar, para a votação da reforma estatutária foram realizadas duas assembleias presenciais no campus UFSCar São Carlos, com intercomunicação com as demais sedes da entidade, nos dias 23 de abril e 15 de maio de 2025. Em primeira chamada o quórum é de 1/3 de filiadas/os (cerca de 500 docentes) e em segunda chamada 1/10 de filiadas/os (cerca de 150 docentes). Ainda que na segunda sessão da AG tenhamos reunido mais de uma centena de docentes filiadas/os à ADUFSCar, não atingimos o quórum e por isso estamos fazendo esta chamada.

Aponte a câmera para entender todo o processo de adequação estatutária da ADUFSCar



Histórico dos debates e deliberações da categoria



Minuta do novo Estatuto da ADUFSCar

Confira as ações e acontecime



AG delibera participação no 44º Congresso do ANDES-SN

Em AG realizada presencialmente nas quatro sedes da ADUFSCar no dia 28 de janeiro, as/os docentes elegeram as/os delegadas/os participantes do 44º Congresso do ANDES – SN, que aconteceu entre os dias 2 e 6 de março, na cidade de Salvador (BA). As professoras/es eleitas/os que integraram a delegação da ADUFSCar foram: Paula Serrão, Fernanda Castelano Rodrigues, Monica Jones Costa, Joelson Gonçalves de Carvalho, Daniel Vendruscolo, Viviane Cristina Garcia de Stefani, Maria Cristina dos Santos, Robson Pereira da Silva, Wilson Alves Bezerra, Luiz Bezerra Neto e Marcio Peron Franco de Godoy.

48 anos por direitos e democracia

No dia 1º de fevereiro, a ADUFSCar comemorou 48 anos. Ao longo de quase cinco décadas, a entidade atravessou embates, garantiu conquistas, manteve-se atenta e consistente na defesa das professoras e professores da UFSCar e do Instituto Federal de São Paulo (campus São Carlos). Celebrar essa data significa reconhecer e valorizar a importância da história da entidade, pautada pela atuação combativa, defesa da categoria e resistência.



Ações unificadas em 2026

Em 5 de fevereiro, em São Carlos, o vice-presidente da ADUFSCar, prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, participou do Seminário de Gestão do DCE Livre UFSCar, que debateu a conjuntura atual, o orçamento das universidades e a permanência estudantil. Entre as metas da entidade para 2026 está a rearticulação do Comitê Multicampi de Lutas, composto pela ADUFSCar, SINTUFSCar, DCE e APG. O espaço é entendido como estratégico para a defesa da universidade pública, da democracia e dos direitos sociais por meio de ações que atravessam as diferentes categorias.

IFSP campus São Carlos

A presidenta da ADUFSCar, profa. Paula Serrão, reuniu-se com a profa. Viviane Garcia de Stefani, 1ª Secretária da entidade, e com o prof. André Garcia Corrêa, Representante EBTT, ambos docentes no IFSP – campus São Carlos no dia 19 de fevereiro para discutir ações direcionadas à categoria. O encontro teve como objetivo organizar iniciativas voltadas à ampliação da interlocução com as/os docentes EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), considerando suas demandas e especificidades. Na oportunidade, a ADUFSCar também realizou a instalação de uma nova máquina de café para as/os docentes, contribuindo para a melhoria do espaço de convivência.



Mulheres Vivas!

A ADUFSCar, ao lado de coletivos e entidades, participou do ato em defesa das mulheres realizado em 7 de março, em São Carlos, reafirmando seu compromisso com a luta por direitos, igualdade de gênero e justiça social. Na ocasião, a presidenta da entidade, profa. Paula Serrão, destacou que os dados sobre segurança pública e violência de gênero expõem uma realidade que não pode ser silenciada e reforçou a urgência de ampliar a mobilização por políticas públicas que assegurem dignidade, segurança e respeito à vida de todas as mulheres.

ntos recentes na ADUFSCar

Calourada 2026 – São Carlos

O Representante da ADUFSCar no campus São Carlos, prof. Daniel Vendruscolo, participou no dia 11 de março, de uma das atividades que integraram a programação da Calourada 2026. A atividade contou com a participação de entidades, coletivos, representantes da moradia estudantil, atléticas e da bateria universitária, em um momento de apresentação e integração com as/os estudantes ingressantes. Também esteve presente o deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL), que participou de mesa sobre juventude, orçamento universitário, permanência estudantil e a defesa da universidade pública.



Calourada 2026 – Sorocaba

Com apoio da ADUFSCar, o projeto “Coro & Prosa – Vozes em Harmonia: Bem-Estar e Integração”, realizou no dia 11 de março, uma aula aberta voltada especialmente às/aos estudantes ingressantes no campus Sorocaba. A atividade promoveu um momento de acolhimento, convivência e bem-estar por meio da música, reunindo participantes em uma experiência leve e descontraída. Ao final, o coral, que conta com a participação ativa de docentes, fez uma apresentação, possibilitando que as/os presentes conhecessem mais de perto o trabalho desenvolvido pelo projeto.

Bancos Vermelhos na UFSCar

A ADUFSCar participou no mês de março, da ação “Bancos Vermelhos”, no campus São Carlos e de Sorocaba. Nas falas, as profas. Maria Cristina dos Santos, 2ª tesoureira da ADUFSCar, e Monica Jones, representante da entidade em Sorocaba, destacaram a importância em denunciar a violência de gênero, exigir políticas públicas efetivas e unir forças para ampliar a luta por direitos. A ação foi reconhecida no Brasil como política pública de prevenção à violência contra a mulher pela Lei nº 14.942/2024 e prevê a instalação de bancos vermelhos como símbolo internacional de combate ao feminicídio.



Crédito: Bárbara El Khalil



Encontro Docente

Para marcar o início do semestre letivo, no dia 25 de março, a ADUFSCar promoveu em todas as sedes o Encontro Docente – Música & Prosa na ADUFSCar. Mais um momento especial de reencontros e bem-estar que fortalecem os espaços de convivência das/os sindicalizadas/os e a presença nas sedes da entidade em São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino.




ARTIGO ESPECIAL
**Fernanda****Castetano Rodrigues**

Docente no Departamento de Letras UFSCar São Carlos
Presidenta da ADUFSCar nos biênios 2021-2023 / 2023-2025

O papel da universidade na emancipação das mulheres brasileiras

As mulheres já constituem maioria no ensino superior brasileiro há pelo menos duas décadas. Segundo dados do INEP, elas representam cerca de 59% entre concluintes dos cursos de graduação, índice que se mantém relativamente estável nos últimos anos. No entanto, essa presença majoritária não se distribui de forma homogênea entre as áreas do conhecimento: as mulheres seguem sub-representadas nos cursos de engenharias e tecnologia, enquanto concentram-se nas áreas de educação, saúde e ciências humanas. Essa segmentação também se reflete na pós-graduação e na carreira científica, como indicam levantamentos da CAPES e do CNPq, que apontam maior presença feminina nas etapas iniciais da formação acadêmica, mas uma redução progressiva à medida que se avança para posições de maior prestígio e poder, como a coordenação de projetos, bolsas de produtividade e cargos de gestão.

Na UFSCar, dados institucionais e iniciativas como o Observatório Mulheres UFSCar evidenciam tanto avanços quanto limites: se, por um lado, as mulheres são maioria entre estudantes de graduação, por outro, ainda enfrentam desigualdades na progressão da carreira docente, distribuição de recursos para financiamento de pesquisas, para citar alguns exemplos. Esse quadro reforça que ainda precisamos avançar muito, institucionalmente, para garantir as condições de permanência qualificada e de ascensão em igualdade de condições a que as mulheres têm direito.

Por isso é tão fundamental que a diversidade de gênero, raça e classe não seja tratada como mera dimensão acessória, mas como princípio estruturante do projeto de Universidade que queremos para o Brasil. As políticas de ações afirmati-

vas, incluindo as cotas raciais e, mais recentemente, as cotas para pessoas trans, têm se mostrado cruciais para tensionar a histórica homogeneidade social do espaço universitário e produzir deslocamentos concretos na composição do corpo discente. Progressivamente, também temos presenciado essa mudança no corpo docente, mas talvez ainda seja aqui onde mais precisamos avançar de modo concreto em ações que possam garantir a presença da diversidade. Mais do que mecanismos de inclusão, as políticas afirmativas são instrumentos de reparação histórica e de democratização do conhecimento, essenciais para a construção de uma universidade comprometida com a transformação social.

Por isso mesmo é que também precisamos pensar e implementar políticas afirmativas para mulheres. Porque é nesse horizonte que se inscreve o papel da universidade na emancipação das mulheres brasileiras: não apenas como espaço de acesso ao saber, mas como território de disputa por reconhecimento, direitos e poder. Em um país marcado por desigualdades persistentes, ampliar a presença de mulheres em toda sua diversidade nos espaços universitários e, sobretudo, nas estruturas de decisão e comando, é condição para que possa-

mos avançar na construção de um projeto de sociedade efetivamente democrático, no qual a igualdade não seja apenas um princípio abstrato, mas uma realidade materialmente vivida.

Todas mulheres, mas não todas iguais em direitos

Não podemos falar em políticas públicas para as mulheres sem considerar que a violência de gênero incide de maneira profundamente desigual no interior desse grupo. No Brasil, são as mulheres negras de territórios periféricos as principais vítimas de violência doméstica e feminicídio, respondendo por cerca de dois terços dos casos registrados, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa sobrerrepresentação evidencia a articulação entre gênero, raça e classe na produção da violência. Igualmente imprescindível é incluir as mulheres trans no horizonte dessas políticas: o Brasil permanece, há mais de uma década, como o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, conforme levantamentos da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA). Ignorar essas dimensões é, na prática, comprometer a efetividade de qualquer proposta que se pretenda universal.

Em anos recentes, têm ganhado visibilidade, sobretudo nas redes sociais, discursos que, sob a autodenominação de um suposto “feminismo radical”, negam o reconhecimento de mulheres trans como sujeitas de direitos no interior da categoria “mulheres”. Não raro, tais posições recorrem a uma desonesta inversão conceitual ao acusar de “misóginas” aquelas que sustentam uma perspectiva inclusiva. Trata-se de um uso equivocado e politicamente regressivo de um conceito historicamente central para as lutas feministas e sua defesa acaba por reatualizar, sob nova roupagem, formas de exclusão e discriminação praticadas pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira.

Esse tipo de discurso desconsidera e contrasta com avanços importantes no campo jurídico, como o reconhecimento do direito à identidade de gênero pelo Supremo Tribunal Federal, em 2018, e a decisão de 2019 que enquadrava a transfobia e a homofobia como formas de racismo, ampliando a proteção legal a essa população. Vale lembrar também que está tramitando no Congresso Nacional um projeto de lei que propõe a tipificação da misoginia como crime específico, buscando responder de modo mais efetivo ao crescimento de discursos de ódio direcionados às mulheres.

Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio

A iniciativa, lançada em 2026 pelo governo federal, articula os três poderes e prevê medidas de prevenção, proteção e responsabilização dos agressores. Ainda que ações como operações de prisão de autores de violência indiquem algum avanço na resposta estatal, os dados revelam a insuficiência das políticas existentes. Persistem, no entanto, desafios muito profundos para a construção de políticas públicas que não apenas acolham e protejam

as mulheres vítimas de violência, mas que enfrentem suas raízes sociais e contribuam efetivamente para sua emancipação. Isso implica, de maneira incontornável, a promoção de condições materiais para a autonomia, como o acesso a trabalho digno, renda e independência financeira, dimensões centrais para a ruptura de ciclos de violência. Implica, ainda, o reconhecimento e a reorganização social do trabalho de cuidado, historicamente atribuído às mulheres de forma não

remunerada, por meio da formulação de uma política de cuidados que não apenas o reconheça como trabalho que exige contrapartida financeira, mas que institua e amplie equipamentos públicos como creches, cuidadoras noturnas, escolas em tempo integral e serviços de atenção a idosos capazes de redistribuir essa responsabilidade e criar condições concretas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho.

SINDICATO NACIONAL

ADUFSCar tem participação ativa no 44º Congresso do ANDES-SN

A delegação da ADUFSCar participou de forma intensa do 44º Congresso do ANDES-SN, realizado entre 2 e 6 de março, em Salvador (BA). Ao longo de toda a programação, a entidade esteve presente nos debates, plenárias e deliberações que definiram os rumos da luta docente para o próximo período.

As/os professoras/es Paula Serrão, Fernanda Castelan Rodrigues, Monica Jones Costa, Joelson Gonçalves de Carvalho, Daniel Vendruscolo, Viviane Cristina Garcia de Stefani, Maria Cristina dos Santos, Robson Pereira da Silva, Wilson Alves Bezerra, Luiz Bezerra Neto e Marcio

Peron Franco de Godoy representaram a ADUFSCar no evento que reuniu mais de 641 docentes de todo o país, representantes de 93 seções sindicais, para debater a conjuntura nacional e internacional, os desafios da educação pública e as estratégias de mobilização da categoria.

Com o tema central “Na capital da resistência, das revoltas dos Búzios e dos Malês: ANDES-SN nas lutas e nas ruas, pela democracia e educação pública, contra as opressões e a extrema direita!”, as(os) participantes aprovaram resoluções que vão orientar o Plano Geral de Lutas do ANDES-SN em 2026.



JUDICIALIZAÇÃO NÃO!

Em apoio à ADUFSCar, Congresso do ANDES-SN aprova moção contra prática antissindical

Durante o 44º Congresso do ANDES-SN, o prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, vice-presidente da ADUFSCar, denunciou a atuação do grupo de oposição ligado à Proifes-Federação, entidade sem registro sindical marcada por práticas antidemocráticas e antissindicais. Em sua fala, detalhou como esse grupo derrotado nas urnas em 2021, passou a contestar a legitimidade das decisões tomadas pela base da categoria. Essa postura se expressou em dificuldades no período de transição, tentativas de obstrução do funcionamento do Conselho Fiscal e das Assembleias e, de forma ainda mais grave, na adoção de estratégias de judicialização, com ações dirigidas contra a ADUFSCar e contra dirigentes eleitas/os da gestão 2021–2023, processadas/os como pessoas físicas.

Para a atual Diretoria da ADUFSCar, levar ao Judiciário disputas que deveriam ser resolvidas no terreno da política



Crédito: Eline Luz / Imprensa ANDES-SN

e ao acionar, como pessoas físicas, dirigentes que executaram deliberações democráticas — inclusive aquelas que conduziram ao processo de retorno ao ANDES-SN — esse grupo deixa evidente que pretende ultrapassar o ataque a indivíduos:

busca atingir a autonomia da ADUFSCar e criar precedentes contra o Sindicato Nacional.

A denúncia foi amplamente repudiada pelo plenário do Congresso, que aprovou uma Moção de Repúdio diante da gravidade da situação.



Aponte a câmera do celular no QRcode e leia a Moção de Repúdio à judicialização e perseguição a dirigentes da ADUFSCar Seção Sindical do ANDES-SN



Aldenor Ferreira

Docente no Programa de Pós-Graduação em Conservação e Sustentabilidade – UFSCar Lagoa do Sino
2º Secretário da ADUFSCar | Biênio 2025-2027

● ARTIGO ESPECIAL

“Gás do Povo” é o mínimo civilizatório

Em pleno século XXI – o século da inteligência artificial, da biotecnologia, da transição energética e da chamada quarta revolução industrial – milhões de brasileiros ainda recorrem ao fogão a lenha e a outras formas improvisadas para cozinhar quando não conseguem pagar por um botijão de gás.

É aqui que o programa “Gás do Povo” assume um significado que ultrapassa o debate técnico sobre subsídios ou políticas sociais. Ao menos para mim, o programa estabelece uma linha divisória simbólica e concreta

entre a barbárie e a civilização.

Afirmo isso porque entendo que, em um país próspero e democrático, não podemos naturalizar certas imagens, tais como: a cozinha tomada de fumaça; a fuligem impregnada nas paredes; a panela apoiada sobre três pedras improvisadas; crianças respirando ar pesado; mulheres gastando horas do dia no preparo de uma simples refeição etc.

Estrutura social perversa

Uma sociedade que admite que seus cidadãos cozinham com lenha por incapacidade econômica está dizendo, ainda que silenciosamente, que parte de sua população pode permanecer à margem da modernidade. E isso não é um detalhe do-

méstico; é uma estrutura social perversa.

Nesse âmbito, o acesso ao gás de cozinha significa mais do que uma chama azul acesa no fogão. Significa saúde pública: menos doenças respiratórias, menor exposição à fumaça tóxica, menos riscos de queimaduras graves.

Significa também economia de tempo, especialmente para as mulheres, que historicamente assumem o trabalho doméstico. Significa segurança alimentar, dignidade cotidiana, pertencimento a um padrão mínimo de vida moderna.

O papel das políticas públicas

É preciso entender que políticas públicas existem justamente para impedir que o mercado empurre os mais

pobres de volta ao atraso tecnológico. Quando o preço do gás dispara e o Estado cruza os braços, o resultado não é eficiência econômica: é regressão social. Vimos isso acontecer de forma bastante acentuada na última quadra presidencial.

Nesse tema, há uma contradição que salta aos olhos. O Brasil abriga uma das maiores empresas de energia do mundo: a Petrobras. Somos produtores relevantes de petróleo e gás. Não estamos falando de um país sem recursos naturais ou sem capacidade tecnológica; estamos falando de escolhas políticas.

Nesse sentido, é inaceitável que, em uma nação com tal estrutura energética, o gás de cozinha se transforme em artigo de luxo para famílias de baixa renda. Quando isso acontece, não é a escassez que está operando, mas sim um modelo de gestão equivocado.

O “Gás do Povo”, nesse contexto, não deve ser lido como mero assistencialismo. Ele recoloca o debate no eixo civilizatório: dispor de uma tecnologia energética básica é condição de dignidade. Garantir acesso ao gás para os mais pobres não é favor; é dever de Estado.

Considerações finais

Civilização não se mede apenas por satélites em órbita, parques tecnológicos ou promessas de inovação digital. Mede-se, antes de tudo, pela capacidade de assegurar que nenhuma mãe ou pai precise escolher entre comprar o botijão e expor seus filhos aos riscos de uma cozinha improvisada dentro de casa.

Portanto, o programa “Gás do Povo”, do governo Lula, não distribuirá apenas gás. Distribuirá dignidade. E, num país profundamente desigual como o nosso, isso não é exagero retórico: é o mínimo civilizatório. Os que se opõem a essa política revelam indiferença social e perversidade.

Rádio UFSCar | 95,3FM

Quinta-feira | 16 horas

SAÚDE E TRABALHO

O programa que debate as questões relacionadas à saúde da comunidade universitária

● VIOLÊNCIA

Ataque homofóbico expõe insegurança da população LGBTQIA+

No início do mês passado, um estudante da UFSCar do campus Sorocaba, foi vítima de um ataque homofóbico no terminal rodoviário da cidade. Após ofensas relacionadas à sua orientação sexual, ele foi agredido fisicamente, além de ameaçado de morte caso procurasse a polícia. O agressor fugiu e a vítima registrou boletim de ocorrência por lesão corporal e ameaça.

Segundo veículos de comunicação local, funcionários do terminal relataram que outras duas agressões com características semelhantes ocorreram no local no dia anterior, indicando a possível recorrência desse tipo de violência.

Embora o fato tenha gerado indignação, ele não é um caso isolado. O Brasil registrou 257 mortes violentas de pessoas da comunidade LGBTQ+ em 2025. Isso significa que, a cada 34 horas, uma pessoa desse grupo foi assassinada no país. Os dados fazem parte do relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB). Realizado há mais de 45 anos de forma independente e voluntária, o levantamento se baseia em notícias da mídia, redes sociais, blogs e relatos enviados ao grupo baiano.

Para Letícia Silva Souto, docente do Departamento de Biologia - UFSCar Sorocaba, a naturalização desse tipo de violência é construída diariamente, em pequenos atos. “A naturalização ocorre ao ver uma piada ofensiva e entender como apenas uma brincadeira, ao estabelecer que existem brinquedos/cores de meninos e de meninas, quando se coloca o sexo biológico acima das construções sociais, como se ele fosse o único definidor de como uma pessoa deve ser e se portar. E a partir daí, tudo que sai desse padrão não é “normal” e deve ser combatido/punido”, afirmou.

De acordo com o relatório do GGB, os dados de violência não refletem a totalidade dos casos, mas evidenciam a omissão e a subnotificação dos órgãos oficiais, que ainda não registram de forma sistemática crimes motivados por LGBTfobia. Fato é que a cada caso de violência, o sentimento de insegurança e medo se fazem presentes, afetando inclusive, a vida dos estudantes. “Realizamos uma roda de con-

versa com alunos e percebemos muita raiva, revolta e medo. Os impactos são imensuráveis e a longo prazo. Só vamos saber de fato quais são com o decorrer do tempo. Mas o sentimento de insegurança ficou ainda mais presente e infelizmente isso pode ser refletido na vida acadêmica desses estudantes. Por isso pedimos que todos que se sentirem inseguros, com medo, nos procurem para que possamos acolher e encaminhar para o atendimento no DeACE”, reforça a docente Letícia Silva Souto.

Ações da ADUFSCar

Reafirmando seu compromisso com a promoção da diversidade, em novembro de 2025, a ADUFSCar participou da posse do Conselho Municipal da Diversidade Sexual de São Carlos, um marco para o fortalecimento das políticas públicas e da representati-

vidade LGBTQIA+ na cidade, com a presença da comunidade UFSCar em sua composição.

Em março, a entidade apoiou a divulgação do informativo “Universidades sem LGBTfobia: estratégias de prevenção”, elaborado pelo estudante Enayton Perassoli, a partir da sua tese de mestrado “As contribuições das relações dialógicas para a prevenção da LGBTfobia no ensino superior”. O material traz informações com proposições e exemplos de ações para prevenção e combate a LGBTfobia, a fim de garantir mais segurança para comunidade acadêmica. Estratégias como maior representatividade, responsabilização e sanção para ações homofóbicas, apoio a iniciativas estudantis, incentivo a espaços de convivência e engajamento das categorias e suas entidades representativas como agentes

de diversidade são colocadas como diretrizes.

No mês de abril, a ADUFSCar atendeu à solicitação de apoio do Grupo de Trabalho Transformar da UFSCar, que em parceria com a Coordenadoria de Gênero e Diversidade da SAADE, realizará a 4ª Feira da Visibilidade Trans e Travesti na UFSCar, em 24 de abril. A iniciativa tem como intuito discutir ações que serão desenvolvidas juntamente com as pessoas transgênero, transexuais e travestis da comunidade acadêmica e organizar diferentes ações educativas, de conscientização e iniciativas que dão visibilidade e protagonismo para as pessoas trans dentro da Universidade.

O apoio à comunidade LGBTQIA+ é uma das bandeiras de luta da ADUFSCar, contribuindo para o combate à violência, defesa dos direitos e dignidade dessa população.

● ATUAÇÃO SINDICAL

Levantamento sobre assédio no IFSP motiva criação de canal de denúncias

Divulgada em dezembro de 2025, a pesquisa sobre assédio, realizada junto às/aos trabalhadoras/es do Instituto Federal de São Paulo, contratada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e executada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) trouxe dados alarmantes a respeito de práticas abusivas no ambiente institucional. O levantamento utilizou duas etapas metodológicas: questionário online respondido por docentes e técnicos administrativos, e entrevistas individuais em profundidade. O relatório registrou situações de assédio vivenciadas e/ou presenciadas no ambiente de trabalho, oferecendo subsídios para a atuação sindical no enfrentamento dessas violências. Foram relatados casos de assédio moral praticado por superiores hierárquicos, colegas de trabalho, alunos e até por pessoas do público externo. Também foram regis-

trados diversos episódios de assédio discriminatório — por raça/cor, sexo, orientação sexual, nível de instrução, posição política, entre outros — além de situações de assédio sexual. Após a publicação da pesquisa, a Diretoria de Apoio Legislativo e Correccional (DALC) do IFSP publicou a Instrução Normativa nº 01/2026, que estabelece um fluxo específico e humanizado para o tratamento de denúncias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da instituição, reconhecendo assim, as violências no ambiente de trabalho.

Para a 1ª Secretária da ADUFSCar e docente do IFSP, profa. Viviane Cristina Garcia de Stefani, a pesquisa materializou em dados a vivência das/os trabalhadoras/es. “O trabalho realizado pelo SINASEFE-SP, em parceria com o DIEESE, merece reconhecimento público por dar visibilidade a uma realidade muitas vezes silenciada dentro do IFSP, produzindo dados sólidos que fundamentaram avan-

ços institucionais. A iniciativa é fundamental para fortalecer a proteção coletiva, romper o isolamento das vítimas e construir um ambiente de trabalho mais justo, humano, respeitoso e acolhedor”, afirmou.

A pesquisa completa está disponível no site da ADUFSCar.



Profa. Viviane Cristina Garcia de Stefani, 1ª Secretária da ADUFSCar e docente do IFSP

RODA DE MULHERES

Primeira edição em Sorocaba fortalece o diálogo sobre saúde das docentes



A ADUFSCar realizou no dia 31 de março, a primeira edição da Roda de Mulheres no campus Sorocaba, com o tema “Entre nós: mulheres, saúde e docência”, reunindo professoras em um espaço de escuta, troca de experiências e reflexão.

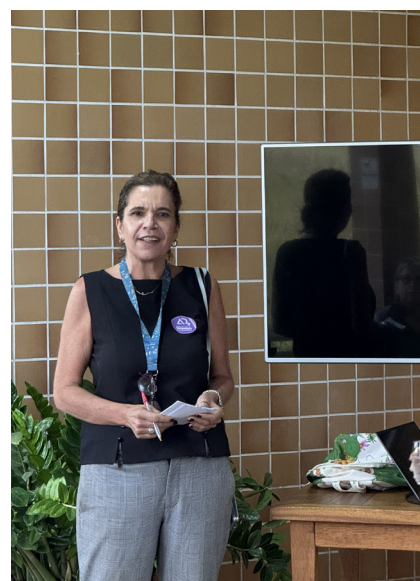
A abertura do encontro foi conduzida pela profa. Monica Jones, representante da Dire-

toria no campus, que destacou a importância da iniciativa como um momento de acolhimento e diálogo, principalmente em um contexto de muitos desafios enfrentados pelas mulheres na Universidade, como sobrecarga de trabalho, desigualdades e menor acesso a espaços de liderança. “Nossa primeira Roda de Mulheres foi uma atividade vol-

tada ao cuidado com a saúde física e mental das docentes. A intenção é dar continuidade a atividades semelhantes, como forma de aproximar as docentes da ADUFSCar, fortalecer vínculos e impulsionar a luta por direitos”, comentou.

O evento contou com a participação da Dra. Luciana Gandra, ginecologista e mastologista com atuação volta-

da à longevidade saudável e à medicina do estilo de vida. A mediação foi realizada pela profa. Viviane de Melo Mendonça, do Departamento de Ciências Humanas e Educação e coordenadora do Observatório Mulheres UFSCar, que conduziu o debate de forma sensível e participativa, incentivando a troca de vivências entre as presentes.



AMPLIAÇÃO DE ACESSO

ADUFSCar dá continuidade à política de cuidado e segurança nas sedes

Nas próximas semanas, a ADUFSCar retomará a instalação de câmeras de segurança e cadastramento facial na sede de Lagoa do Sino, ampliando as ações voltadas à proteção e ao acesso aos espaços da entidade.

A medida dá continuidade a

um processo já em andamento nas demais sedes: em Sorocaba, foi concluída a instalação dos equipamentos no ano passado; em Araras, o sistema foi implementado em 2024; e em São Carlos, a sede já conta com monitoramento por câmeras por mais de uma década.

A iniciativa atende à demanda de docentes por ampliação do horário de acesso e integra a política de cuidado e acolhimento da entidade, permitindo o uso dos espaços em horários alternativos, inclusive na ausência das trabalhadoras responsáveis ou

durante período de férias.

Além disso, a ação dialoga com as discussões em curso na Comissão de Segurança da UFSCar, que tem manifestado preocupações com a segurança nos campi, sobretudo após episódios recentes de vandalismo e ataques à democracia.



Wilson Alves-Bezerra

Docente no Departamento de Letras
UFSCar São Carlos
2º Secretário da Regional São Paulo do ANDES-SN

LEIA TAMBÉM

Três poetas contemporâneas

Nesta edição, apresentamos três poetas nascidas nos anos oitenta, em diferentes latitudes. Paulista de Pitangueiras, Yasmin Bidim (1988) comparece com um poema de seu novo livro Pedra Preta (Ofícios Terrestres, 2025), no qual alcança uma elocução universal que, quando funciona, pode transformar o poema

num clássico. Da mexicano-brasileira Paula Abramo (Cidade do México, 1980), que terá seu livro de estreia, Fiat Lux (2012), ser lançado em breve no Brasil, pela editora 34, apresentamos o poema “Collage”, sobre o mítico chupa-cabras. Da mexicana-escocesa Juana Adcock (1982), o primeiro poema de seu novo livro,

recentemente lançado no México, Dolly Parton y la traducción imposible, em que parte da estrela da música country norte-americana para uma viagem lírica improvável. Yasmin escreve em português. Paula em espanhol e português. Juana em inglês e espanhol. Yasmin fotografa; Paula e Juana são tradutoras.

o parto

(Yasmin Bidim)

às vezes as mulheres
não querem
só os brinquedos
às vezes as mulheres
querem pensar
as coisas sérias da vida
os dramas
os fenômenos
a metafísica

às vezes as mulheres
querem correr
alucinar
às vezes elas querem
sair varrer
a sujeira
pra debaixo do tapete

às vezes as mulheres
não querem dormir
e muitas vezes
elas não querem sequer
ir para cama

e há também
claro
as que não querem
acordar nunca mais

às vezes as mulheres
querem só cantar
e não ter filhos
às vezes as mulheres enlouquecem
e afogam seus filhos
os de verdade e os imaginários

às vezes as mulheres
molham as mãos
em enormes pilhas de louça
nas pias desse país
muitas e muitas vezes
as mulheres conjecturam silenciosamente
e resolvem – ainda mais silenciosamente –
os conflitos do mundo

às vezes, por fim,
as mulheres desejam
sentar ao lado da janela
e escrever em um caderno sem pauta
o inventário analítico
de todos os pensamentos
espalhados por cada um
dos cômodos da casa
e entregar ao mundo as palavras
para que não virem restos memória
e é assim
que as mulheres fazem
todo dia
o parto da História

Collage

(Paula Abramo.

Trad. de Ricardo Domeneck)

Do minotauro, não o sangue, não
os chifres; não
Possêidon inflamado. Da fúria do minotauro,
Minos
e o tauro.

Agarrar o touro pelos chifres.
Diante da fera obscura, um copy paste mi-
lenar
diz eu e recorta,
do leopardo, as manchas; do camelo,
a corcunca cognoscível:
camelopardo,
homem-do-saco,
rinoceronte,
tetraz-grande,
chupacabra.

O chupacabra:
vítimas sangrentas entre agaves e milpas,
Tlalixcoyan e Nanchital ensanguentados,
e as presas vertendo,
por um só, inquietante orifício,
o valor nominal
do peso mexicano.
O chupacabra, o monstro óbvio.

Do chupacabra, não o calafrio,
não o avistamento alienígena.
Do chupacabra, o chupar
e a cabra.
Não o canino do narval.
Sim os dígitos multiplicados como câncer,
no preço do taco de arenque vermelho.

Do minotauro, Minos:
o mesquinho fomentador da desgraça.

Dolly Parton fala da tecnologia da tradução

(Juana Adcock. Trad. Wilson Alves-Bezerra)

apaixonar-me por um estrangeiro
me permitiu voltar à infância
a uma língua que não domino

e que pacificador é não dominar
subordinar-se à topologia dos gestos
abandonar o controle

a palavra aprendida à mesa com os tios
e se deixar formar por uma linguagem oculta:
espichar o pescoço e avistar palavras,

deduzir significado, tom, intenção
como se se pudesse absorver um idioma
pela pura inércia de se comportar direitinho

eu poderia te dizer a demarcação de cada sílaba
o campo semântico da maioria dos substantivos
o tom emocional de cada conector

meses com meu sorriso de limão silente
onde eu só sei dizer tá, tá bom, é, gostei,
bom demais, docinho, obrigada

voltar para casa e passar horas na esteira
me demorando com meu conjugar os verbos

e você

sempre prodigiosamente inalcançável
continuará dormindo na praia
minha voz decorará seu peito

até imprimir um fotograma na sua pele
do meu idealizador, meu capataz, como se diz

não inventaram ainda a máquina que saiba
nem me imitar
nem me imitar imitando
sua sintaxe desconhecida

FORTALEÇA A LUTA!

A importância da sindicalização

A sindicalização é um ato de extrema importância para fortalecer e ampliar a representação das professoras e professores da UFSCar e do Instituto Federal de São Paulo (campus São Carlos), fortalecendo a luta pela manutenção das conquistas, ampliação dos direitos e valorização da carreira docente.

Ao se filiar à ADUFSCar, você passa ainda a contar com as-

essoria jurídica especializada, pode aderir aos convênios de planos de saúde e odontológicos, e com seu Cartão de Sindicalizada/o, aproveitar uma rede de parcerias que garante descontos e condições especiais em diversos produtos e serviços. Seguimos trabalhando para ampliar essa rede, promover ainda mais o bem-estar das/os nossas sindicalizadas/os.



Aponte a câmera do seu celular e saiba mais sobre os convênios e benefícios disponíveis



Retire o Cartão de Sindicalizada/o em uma das sedes da ADUFSCar

CONVÊNIOS & BENEFÍCIOS

Valorizar o bem-estar de nossas/os sindicalizadas/os também é fortalecer a categoria!

Contabilidade

CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS - São Carlos / Atendimento presencial e online

Educação

EXCELLENT GLOBAL – Araras / Cursos presenciais e online
BERÇÁRIO E PRÉ-ESCOLA BEIJA-FLOR - Sorocaba
CENTRO CULTURAL BRASIL ESTADOS UNIDOS / CCBEU - Sorocaba
SISTEMA EDUCACIONAL REGIONAL / COLÉGIO SER - Sorocaba

Serviços Automotivos

LUBRICAR - São Carlos

Utilidades em geral

GUARDE MAIS - São Carlos

Restaurantes

RESTAURANTE ADUFSCar/COZINHA DO LOBO - São Carlos
RESTAURANTE MAMÃE NATUREZA - São Carlos

Adegas & Mercarias

MERCEARIA 3M - São Carlos

Saúde & Bem-estar

ACADEMIA ON TIME - São Carlos
ACADEMIA SKY FIT - Araras
ALMAVIE SPA URBANO - São Carlos
CONFORTAVEL MENTE, NUCLEO DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE - São Carlos
PILATES CORPO E MENTE - São Carlos
VACCINE IMUNIZAÇÕES - São Carlos

Farmácias

CALÊNDULA - São Carlos
ROSÁRIO - São Carlos
KALMIA MANIPULAÇÃO - São Carlos
DESCONTÃO FARMA - Araras
DROGARIA SANTA PAULINA BIO FÓRMULAS - Angatuba

Óticas

ÓTICA DA XV - São Carlos
ÓTICA VER A VIDA - Araras

ATUALIZE SEU CADASTRO SINDICAL



► Acesse o site da ADUFSCar
www.adufscar.org.br

É FÁCIL,
RÁPIDO
E SEGURO!